

TCE/RJ

PROCESSO Nº 47.453-9/19

Rubrica 880 Fls. 27

TCE-RJ

PROCESSO Nº 304.804.3/07

RUBRICA

FLS.: 12

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO JULIO L. RABELLO

VOTO

A remuneração dos membros deste Tribunal equivale à dos Desembargadores do Tribunal de Justiça deste Estado (Constituição do Estado do Rio de Janeiro, art. 128, §3º).

Assim, o regime remuneratório a ser aplicado aos Excelentíssimos Senhores Conselheiros é o mesmo regime aplicável aos Desembargadores do Tribunal de Justiça deste Estado.

O artigo 156, V, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro determina que o subsídio de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro corresponde a noventa e cinco por cento do subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores.

Por sua vez, o art. 93, V, da Constituição da República determina que o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponde a noventa e cinco por cento do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, o subsídio de Desembargador do Tribunal de Justiça corresponde a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O art. 3º da Lei Federal nº 11.143/2005 estabelece que o subsídio atual de *Ministro do Supremo Tribunal* é, desde 1º de janeiro 2006, vinte e quatro mil e quinhentos reais.

Assim sendo, o *subsídio* de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é, atualmente, vinte e dois mil, cento e onze reais e vinte e cinco centavos, por força do artigo 156, V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo o art. 37, XI, da Constituição da República, com a redação dada pela EC nº 41/2003, o teto de Desembargador estadual corresponde a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal (subteto).

Sucedendo que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Medida Cautelar na ADI 3.854/DF, decidiu que o art. 37, inciso XI, da Constituição da República, com a redação dada pela EC nº 41/2003, criou uma discriminação odiosa entre o teto da magistratura estadual (chamado de "subteto") e o teto da magistratura federal, e, por isso, violou a isonomia entre os membros da carreira. Assim, a Excelsa Corte deu àquela norma interpretação conforme a Constituição da República para excluir os Desembargadores e juízes estaduais do subteto remuneratório. Em outras palavras: essa decisão do Egrégio

jag



TCE-RJ
PROCESSO Nº 304.801.3/07
RUBRICA FLS.: 13

Supremo Tribunal Federal acabou com o subteto para os Desembargadores e juizes estaduais, submetendo estes e os Desembargadores e juizes federais a um único teto (100% do subsídio de Ministro do STF).

Portanto, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI nº 3.854/DF decidiu que há um só teto aplicável a Desembargador Federal e a Desembargador estadual (e, portanto, a Conselheiro desta Corte de Contas); e esse teto é o valor do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, que hoje corresponde a vinte e quatro mil e quinhentos reais.

Nenhum magistrado pode receber acima desse teto. Há, entretanto, situações especiais. Trata-se de Desembargadores e Conselheiros deste Estado-membro que, eventualmente, tenham direito adquirido à irredutibilidade estipendial (Constituição da República, artigo 95, inciso III) e que, por isso, fazem jus a perceber, além do subsídio, uma outra única parcela complementar, conforme a decisão proferida pelo Plenário do Egrégio Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança nº 24.875/DF.

Se um Desembargador ou Conselheiro deste Estado-membro tem direito adquirido, por exemplo, a uma remuneração total bruta de trinta mil reais, entendo que a diferença entre esse valor e o teto deve ser tratada como parcela remuneratória congelada. Pouco importa a origem dessa parcela: se advém do adicional de permanência previsto na Lei estadual nº 1.856/91; da incorporação de gratificações; ou de outras vantagens pecuniárias previstas no art. 4º da Resolução nº 13/2006, do Conselho Nacional de Justiça etc. Todas essas parcelas remuneratórias foram extintas com o regime de subsídio, nos termos dos artigos 3º e 4º da pré-falada Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

Dito em outras palavras: hoje só há subsídio e eventualmente pode haver parcela complementar de subsídio (Constituição da República, art. 95, III). O mecanismo é o seguinte: subtrai-se da remuneração total bruta o valor correspondente ao subteto. O resultado dessa subtração, em espécie, é a parcela congelada, percebida com base na garantia da irredutibilidade (Constituição da República, art. 95, III), a qual não sofrerá aumento, mas também não sofrerá redução, até ser gradual e totalmente absorvida pela perda de poder aquisitivo da moeda.

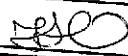
Por derradeiro, é de se ressaltar que o Conselheiro-Presidente e o Conselheiro Vice-Presidente desta Corte devem perceber as gratificações temporárias pelo exercício dos respectivos cargos. A base de cálculo da importância a ser percebida por ambos a título da pré-falada gratificação é o somatório do valor do subsídio (90,25% do teto) e da parcela congelada devida a título de irredutibilidade estipendial. Essa é também a base de cálculo do adicional de permanência instituído pela EC nº 41/2003.

No que se refere aos valores resultantes da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Medida Cautelar na ADI nº 3.854/DF, é de se observar que a ata da respectiva sessão de julgamento foi publicada na imprensa oficial em 08 de março de 2007, devendo, portanto, ser esta a data inicial para o cálculo de eventuais diferenças.

Diante de todo o exposto, acolho o parecer da Procuradoria-Geral deste Tribunal, e VOTO:

jag



TCE/RJ
PROCESSO Nº 47.453-9/19
Rubrica  Fls. 28

TCE-RJ
PROCESSO Nº 304.801,3/07
RUBRICA FLS.: 14.

I - pela aplicação, aos membros desta Corte de Contas, do teto remuneratório constitucional aplicável à magistratura estadual, correspondente a cem por cento do subsídio de Ministro do STF, nos termos da decisão proferida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal na Medida Cautelar na ADI nº 3.854/DF;

II - pela rigorosa observância, no âmbito desta Corte de Contas, do teto remuneratório constitucional aludido no item I, de forma a que nenhum Conselheiro ativo ou inativo deste Tribunal, em nenhuma hipótese, perceba valor superior ao subsídio de Ministro do STF, excetuados, somente e tão-somente, os Senhores Conselheiros que fizerem jus à percepção da parcela complementar, por força do art. 95, III, da Constituição da República;

III - pela extinção imediata de todas as vantagens de direito pessoal, tais como adicionais de permanência da Lei estadual nº 1.856/91, incorporações de gratificação por exercício de função etc., como determina o art. 4º da Resolução nº 13/2006, do Conselho Nacional de Justiça;

IV - pelo pagamento das diferenças entre o teto e o chamado subteto, verificadas desde 08 de março de 2007 até a presente data, àqueles Conselheiros que fizeram jus à irredutibilidade estipendial (Constituição da República, artigo 95, inciso III).

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2007.



JULIO L. RABELLO
CONSELHEIRO-RELATOR



TCE/RJ
PROCESSO Nº 304.801-3/07
RUBRICA FLS.: 15

CERTIFICO que o Conselho Superior de Administração, em Sessão Administrativa Extraordinária realizada nesta data, decidiu, por unanimidade, aprovar o Voto do Conselheiro Relator, para aplicação imediata à remuneração paga aos membros desta Corte de Contas.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2007.


JULIO LAMBERTON RABELLO
SECRETÁRIO DA SESSÃO